

Benjamim Godinho tem na memória a imagem do avô a descer as escadas centrais do edifício da Imprensa Nacional na Baixa lisboeta. Havia uma salinha onde os trabalhadores recebiam os familiares. Aquelas escadas e aquele edifício fascinavam o miúdo que viria a seguir a obra de António José Godinho, transportador litográfico, no mundo dos caracteres. O neto entrou na escola tipográfica em 1966, conheceu os materiais que construíam as letras, familiarizou-se com os linótypes e quadrilongos. Aprendeu a colocar cada um dos caracteres no respectivo caixotim. Foi aprendiz, compositor tipográfico manual e contramestre na casa que celebra 250 anos e que acolheu gerações de muitas famílias. Criada por Alvará de 24 de Dezembro de 1768, a Imprensa Régia ou Régia Oficina Tipográfica acelerou a evolução das artes gráficas em Portugal e cravou a sua marca na história contemporânea portuguesa. Foi berço de resistência política, foi fábrica de artistas e de intelectuais. Foi ... e é ... uma casa de letras.

Esta empresa trabalhou durante a monarquia, durante a República, durante o Estado Novo e durante a democracia. Diria que se trata de uma instituição que está para lá das conjunturas, sempre com um sentido de serviço público, diz Duarte Azinheira, director da unidade de publicações da Imprensa Nacional ... Casa da Moeda (INCM).

No final do século XVIII, no contexto do programa reformador pombalino do reinado

de D. José I, a corte adquiriu a tipografia de Miguel Manescal da Costa e alugou o Palácio de D. Fernando Soares de Noronha, à Cotovia, na então Rua Direita da Fábrica das Sedas, actual Rua da Escola Politécnica. Ficava quase em frente ao Colégio dos Nobres, instituição que formava jovens aristocratas portuguesas. Nascia ali a oficina tipográfica régia, designada Imprensa Régia, por iniciativa do Marquês de Pombal, Conde de Oeiras, tendo uma forte vocação para a edição científica, didáctica e religiosa.

O palácio quinhentista de D. Fernando Soares de Noronha foi então transformado numa unidade fabril, dividida em quatro blocos que ocupavam um quarteirão inteiro. Depois do terramoto de 1755, parte da nobreza já não queria viver tão perto da zona do sismo e, por isso, muitos dos seus espaços foram abandonados ou transferidos. Assistimos a uma reconfiguração urbana desta área, que ficou com um cariz mais industrial, conta a historiadora Maria Inês Queiroz, que está a coordenar a investigação sobre a Imprensa Nacional, com a ajuda dos investigadores Inês José e Diogo Ferreira, da Universidade Nova de Lisboa. Deste levantamento sairá, no início do próximo ano, uma exposição e um livro sobre os 250 anos da instituição.

A oficina tipográfica juntou-se depois a Fábrica de Caracteres, que já estava na dependência da Junta do Comércio. Com a fundição de tipo sob alçada régia, conseguia im-

pedir-se a introdução de letra de fora até fornecer tipos para todo o país. Na Imprensa Régia foi incorporada também a Real Fábrica de Cartas de Jogar, com a corte a deter a exclusividade do fabrico. A retirada do monopólio em 1832 e o contrabando de cartas acabariam por ditar o seu declínio, sublinham Maria Inês Queiroz e Inês José, no texto da exposição *Imprimere ... Arte e Processo nos 250 Anos da Imprensa Nacional*, mostra documental que ilustra a história da produção gráfica no país. Está na Casa do Design, em Matosinhos, até dia 3 de Novembro.

ESCOLA DE ARTISTAS

Cheira a carvalho e a livros antigos. Maria João Gaiato, chefe de divisão do Museu e da quase centenária Biblioteca da Imprensa Nacional, coloca sobre a mesa algumas obras que costumam estar bem guardadas. De tão antigas que são, parecem quase desfazer-se com o olhar. O acervo tem cerca de 20 mil livros, destacando-se os incunábulos e as primeiras edições da Imprensa Régia. Ali está, por exemplo, o *Elogio Histórico de Benedicto XIV* pelo Marquez Caraccioli, ou o *Plano dos Estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal*. Nos incunábulos, destaca-se a enciclopédia *Etymologiae*, de Izidoro de Sevilha, de 1472.

O contacto com as letras e com os livros dava aos homens da casa armas de saber que

O património bibliográfico

Com a construção do novo edifício da Imprensa Nacional, em 1895, ficou prevista a construção de uma nova biblioteca, cuja conclusão e abertura ocorreu em 1923. Esta biblioteca, actualmente aberta ao público, conserva um património bibliográfico de cerca de 20 mil volumes, acolhendo também diversas actividades culturais.

foram usadas ao longo da história. Muitos meninos entraram na Imprensa Nacional como aprendizes, formaram-se como compositores tipográficos, evoluíram para revisores, saíram como jornalistas e intelectuais. Pela Imprensa Régia, designada Imprensa Nacional a partir de 1833, passaram muitos nomes sonantes. O gravador italiano Francesco Bartolozzi esteve nesta casa portuguesa entre 1802 e 1815. O pintor Miguel Ângelo Lupi trabalhou como desenhador na litografia. Luís Derouet entrou na instituição como revisor em 1902 e viria a ser o primeiro director-geral da Imprensa Nacional após a proclamação da República. Norberto de Araújo, jornalista, escritor e olissipógrafo, trabalhou como compositor tipográfico. José Eduardo Coelho, fundador do Diário de Notícias, começou a sua carreira como tipógrafo da instituição.

CASA DE RESISTÊNCIA

“Os revisores e os tipógrafos eram uma espécie de elite do proletariado e tinham poder de facto. Conseguiram, por exemplo, convencer o então director-geral, Luís Derouet, que a República não podia escrever da mesma forma que a Monarquia, e isso marcou a ruptura entre o português do Brasil e o português de Portugal, que levou à Reforma Ortográfica de 1911. Eles argumentavam que a República tinha de adoptar uma ortografia de base fonética e não de base etimológica para que fosse possível fazer campanhas rápidas de alfabetiza-

ção”, conta Duarte Azinheira.

“Germinava aqui uma transmissão de conhecimento e uma preocupação política que acabaria por marcar a identidade da empresa, muitas vezes pioneira em termos de legislação laboral. A Imprensa Nacional terá sido o primeiro estabelecimento industrial gerido pelo Estado onde foi aplicado o regime das oito horas de trabalho diárias”, sublinha Maria Inês Queiroz.

Esta foi uma casa de oposição. E um dos primeiros processos de resistência política ao Estado Novo – segundo os arquivos da PIDE/DGS – remonta à Greve Geral Revolucionária de 18 de Janeiro de 1934, na qual esteve envolvido, por exemplo, Francisco Lyon de Castro, o homem que viria a fundar as publicações Europa-América em 1945. Entrou para a Imprensa Nacional como aprendiz de tipografia aos 14 anos. Foi lá que contactou com tipógrafos, metalúrgicos e sindicalistas da CGT e iniciou actividade clandestina. Condenado em 1936, esteve no exílio em Madrid e Paris, onde terá sobrevivido com fundos enviados por colegas da Imprensa Nacional e do Socorro Vermelho Internacional, revela a investigadora, com base nos arquivos da PIDE.

Durante os anos seguintes, mantém-se um ambiente de resistência nesta casa de letras e, em 1959, a PIDE fez 21 detenções, na sua maioria de tipógrafos e impressores. Estes homens foram “acusados de integrar o Partido Comunista Português e, de um modo geral, de ‘aliciar’ outros indivíduos

Sérgio Cabelo

Tem 64 anos, começou a vida profissional aos 12, como compositor manual numa tipografia de Lisboa e, já no final dos anos 70, entrou para a Imprensa Nacional, acompanhando a entrada da fotocomposição, a evolução para sistema Edicomp e a tecnologia Computer-to-Plate.

Paulo Colaço



Marilene Alves



Benjamim Godinho

Foi contramestre da escola tipográfica da Imprensa Nacional.

Começou como aprendiz na segunda metade da década de 1960. Tem 68 anos.

Miguel Baltazar



Duarte Azinheira, director da unidade de publicações da Imprensa Nacional

“Existe nesta casa uma ligação especial entre indústria e cultura que nós fazemos questão de manter.”



Miguel Baltazar

A FUSÃO DAS CASAS

Em Julho de 1972, a Imprensa Nacional fundiu-se com a Casa da Moeda – que será o mais antigo estabelecimento fabril do Estado português, com uma laboração contínua desde, pelo menos, o final do século XIII – e solidificou uma relação que, afinal, tinha começado muito antes. “Havia uma solidariedade de classe e existiam pontos de contacto interessantes entre gravadores e desenhadores. Muito antes de imaginarem que um dia iriam trabalhar na mesma empresa, chegaram a fazer greves solidárias conjuntas ou a ter actividades políticas comuns”, conta a historiadora. Entre esses homens estiveram, por exemplo, os fundadores do Partido Socialista Português (1875-1933) Azedo Gneco – que era gravador da Casa da Moeda – e José França – que começou como tipógrafo e depois passou a revisor da Imprensa Nacional.

No início da década de 1970, as duas instituições adoptaram uma marca corporativa conjunta – embora, actualmente, a tendência seja para utilizarem as suas próprias chancelas nos respectivos produtos. As últimas edições da unidade de publicações vêm com o carimbo Imprensa Nacional e não com a designação corporativa INCM.

Hoje, trabalham 680 pessoas na Imprensa Nacional – Casa da Moeda, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que

As primeiras obras

O acervo tem cerca de 20 mil livros, destacando-se os incunábulos e as primeiras edições da Imprensa Régia. Ali está, por exemplo, o “Elogio Histórico de Benedicto XIV”, pelo Marquez Caraccioli, ou o “Plano dos Estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal. Nos incunábulos, destaque para a enciclopédia “Etymologiae, de Izidoro de Sevilha”, de 1472.

está dividida em quatro unidades de negócio – unidade de negócio de moeda, unidade de negócio de contrastarias, unidade de negócio de publicações e a unidade de negócio gráfica. Em conjunto, facturaram 96 milhões de euros no ano passado, um ligeiro aumento de 1,6% face a 2016. O resultado líquido foi de 15 milhões de euros. A grande receita vem da gráfica de segurança, responsável por produtos como passaportes electrónicos, cartão de cidadão, carta de condução e por outros documentos de segurança do Estado português – e não só. A exportação de produtos e serviços gráficos de segurança representou cerca de 3% da actividade da área gráfica, que facturou no total 60,5 milhões de euros.

Já o volume de vendas da área das publicações atingiu 3,7 milhões de euros, uma queda de cerca de 27% face a 2016, e que se justifica, essencialmente, pela quebra registada no Diário da República, devido à cessação das assinaturas em 2017 e à diminuição do valor dos anúncios, refere o relatório e contas da instituição. “O Diário da República era, até 2006, o maior negócio da empresa, e acabou de um dia para o outro, com uma assinatura. A INCM teve de encontrar uma alternativa e encontrou-a na área gráfica de segurança”, sublinha Duarte Azinheira.

Atravessar os corpos do edifício de três pisos, onde hoje trabalham cerca de 70 pessoas,

desperta na imaginação imagens de um labor antigo num espaço que já concentrou, ao mesmo tempo, cinco centenas de homens, serviços médicos e até uma farmácia. “A profissão de tipógrafo e de fundidor esteve sempre ligada a algumas doenças crónicas, nomeadamente ao saturnismo, e por isso os cuidados médicos eram fundamentais. Historicamente, o enquadramento social da Imprensa Nacional é tremendo, foi dos primeiros organismos a ter um sistema de mutualismo, caixa de pensões de viúvas e órfãos. É uma herança que ainda hoje se nota”, salienta a investigadora.

Em Abril deste ano, os trabalhadores da Imprensa Nacional – Casa da Moeda manifestaram-se exigindo a reposição integral das progressões das carreiras. Sérgio Cabelo, já reformado, costuma juntar-se a essas andanças. “Quando houve manifestações e vigílias, ainda fui lá, não fazia parte das pessoas no activo, mas fazia número e passava um bocado de tempo com os meus colegas”, conta. “Quando meti os papéis para a reforma, senti um choque tremendo e todas as semanas ia ao trabalho. Um dia, cheguei, meti a ‘password’, o sistema não a aceitou e foi então que me zanguei com a Imprensa. Custa-me muito ir lá e ter de andar com uma marca ao peito a dizer que sou o Sérgio e que sou convidado e não sei quê... porque eu sou quase filho daquela casa.” **W**



Primeiro catálogo da Imprensa Nacional publicado durante a Primeira República. Apresentava 5 corpos de “capitais” diversas e de fantasia de corpo 5 a 440; 25 corpos de caracteres de fantasia de corpo 5 a 132; 185 ornatos e 292 emblemas com algumas coleções inteiramente novas. (Coleção Imprensa Nacional – Casa da Moeda).



Em 1838, a Imprensa Nacional publicou o seu primeiro catálogo de tipos, vinhetas e ornatos tipográficos da fundição. Nas imagens: frontispício e uma página das Provas dos diversos “typos”, vinhetas e ornatos tipográficos fundidos na tipografia da Imprensa Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838. (Coleção Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

Encadernador-dourador da Imprensa Nacional [década de 1970] (Coleção Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

Secção de impressão da Imprensa Nacional [década de 1970] (Coleção Imprensa Nacional – Casa da Moeda).



página 7

quando entrou na escola tipográfica da Imprensa Nacional, uma formação de quatro anos. No final da aprendizagem, ficaria como compositor gráfico manual. “No primeiro ano, tínhamos um vencimento de 16 escudos por dia, 21 escudos no segundo, 29 escudos no terceiro e 35 escudos no quarto.” Foi lá que aprendeu a identificar os materiais e as caixas tipográficas. Foi lá que aprendeu a manusear objectos de forma minuciosa. Recorda a perícia necessária para fazer as páginas do Orçamento Geral do Estado. “Todos os anos mudavam as verbas e, com a pinça, nós levantávamos os algarismos que seriam substituídos”, conta.

A formação de aprendizes foi uma aposta da Imprensa Régia desde a sua fundação. A par da formação artística na fundição, gravura e litografia, o ensino da composição gráfica foi o mais duradouro. Terá funcionado até ao final dos anos 1970.

“Quando entrei, a Imprensa Nacional passava por um período menos bom, havia falta de pessoal, os ordenados eram baixos e isso afastou muita gente”, conta Benjamin Godinho. “Com a passagem da Imprensa Nacional a empresa pública – em 1969, pelo Decreto-Lei n.º 49476 de 30 de Dezembro –, houve uma melhoria assinalável dos salários e tive oportunidade de, ainda no terceiro ano da escola, passar a ofi-

A fusão com a Casa da Moeda

Em Julho de 1972, a Imprensa Nacional fundiu-se com a Casa da Moeda – que será o mais antigo estabelecimento fabril do Estado português, com uma laboração continua desde, pelo menos, o final do século XIII. As duas insígnias, Imprensa Nacional e Casa da Moeda, adoptaram então uma marca corporativa conjunta [INCM] – embora, actualmente, a tendência seja para utilizarem as suas próprias chancelas nos respectivos produtos.

cial. Mas, em termos técnicos, sentíamos falta de bibliografia técnica em português – o ‘Manual do Tipógrafo’, do Libânio da Silva – escrito em 1902 e reeditado em 1962 – era a bíblia dos tipógrafos.”

De aprendiz a oficial, de oficial a contramestre da escola tipográfica da Imprensa Nacional, Benjamin teve oportunidade para fazer aquilo de que mais gostava, transmitir conhecimento. “Em 1975, entrou o último grupo de aprendizes, que terminou a aprendizagem em 1979. Era a última geração da escola – agora estão quase todos reformados ou a reformar-se”, diz.

Em Dezembro de 2010, Sérgio Cabelo meteu os papéis para a reforma. Tem 64 anos, começou a trabalhar aos 12 na Tipografia Arápida. “Vim para Lisboa aos 11 anos, vinha do Cercal, concelho de Soure. Fui o último da família a vir, fiquei a acabar a 4.ª classe, depois vim para o ciclo preparatório, para a Francisco Arruda, já com o cutelo do meu pai em cima: se passas, muito bem, se não passas, vais trabalhar. Não passei e fui trabalhar. O meu irmão era tipógrafo e o meu pai tratou então de arranjar uma tipografiazi-ta.”

Sérgio Cabelo trabalhou também na Tipografia Henry Gris, depois foi convidado para a gráfica Brás Monteiro. “Era das

melhores casas a trabalhar a cor em Portugal e pagava salários muito acima de média. O meu pai ganhava um conto e oitocentos como empregado fabril da CUF e eu estava a ganhar cinco contos por mês como linotipista”, recorda.

No final de 1970, começou a trabalhar na Imprensa Nacional. “Tinha um colega muito brincalhão, ele era servente e andava sempre com um martelo e uma cunha de madeira. Chegava ao pé de nós e dizia: queres que meta uma cunha? Então, metia-nos a cunha debaixo do sapato e começava a martelar... Um dia veio com a cunha e disse: Eh pá, queres uma cunha? E eu: deixa-te disso. Ele: é para a Imprensa Nacional, toma o anúncio, responde. E eu respondi.”

Sérgio Cabelo foi chamado como linotipista, acompanhou a entrada da fotocomposição na Imprensa Nacional e a evolução para o sistema Edicom e para a tecnologia Computer-to-Plate. “Neste sector, a mudança foi repentina. Depois de quase 600 anos de composição manual, passou rapidamente para a fotocomposição e a partir daí a evolução tecnológica foi tremenda. Alguns trabalhadores conviveram com vários sistemas em simultâneo”, diz Maria Inês Queiroz. Foi o caso de Sérgio Cabelo, que esteve 32 anos nesta oficina de letras.



Fundição da Imprensa Nacional

Funcionou desde a sua criação até à década de 1980.
(Colecção Imprensa Nacional – Casa da Moeda)

para ingressar no Partido. Acusados também de ligação ao ‘aparelho de imprensa’ clandestina, conspiração, distribuição de imprensa clandestina dentro da Imprensa Nacional, contribuições mensais para o Partido e angariação de ‘outros fundos’ destinados ao PCP, designadamente através de venda de tabacos e outros produtos de uso corrente. [Segundo testemunho da época, a recolha de fundos destinava-se a ajudar as famílias dos presos políticos].”

Entre os arguidos estavam nomes como o da costureira-dobreira Berta Fonseca, que ofereceu especial resistência ao interrogatório da PIDE. “Terá sido ‘aliciada’ para o Partido em 1945, tendo integrado o secretariado da célula da IN. Recebia periodicamente a imprensa clandestina (Avante, Militante e outros panfletos) e também deu apoio à recolha de fundos – como trabalhava na secção de encadernação, vendia aí produtos de higiene.”

A par da resistência, havia na Imprensa Nacional uma vigilância especial por parte do regime. Entre os trabalhadores, estariam elementos infiltrados da Legião Portuguesa e da União Nacional, destaca Maria Inês Queiroz.

“Esta é uma casa que, como dizia o Duarte Azinheira, viveu tudo: viveu o fim

do absolutismo, viveu as guerras liberais... E há histórias extraordinárias”, sublinha a historiadora. Conta que, durante o período da ocupação francesa, a Imprensa Régia passou a designar-se Imperial e Real Oficina Tipográfica. As alterações também se verificaram logo na Gazeta de Lisboa, cujas armas reais portuguesas foram substituídas, por ordem de Junot de 4 de Dezembro de 1807, pelas águias francesas. “Basicamente, quem tomava conta da Imprensa Nacional tomava conta das leis.”

OFICINA DE FAMÍLIAS

Testemunha das palavras de Maria Inês Queiroz é Benjamim Godinho, 68 anos, que entrou como aprendiz na Imprensa Nacional em 1966. “A seguir ao 25 de Abril, alguns colegas mais velhos, que tinham sido expulsos [da Imprensa Nacional] por causa da sua actividade política foram reintegrados na empresa. O meio gráfico oferecia muita resistência, era um meio esclarecido, até pelo contacto com escritores, o que espevitou a classe, pelo menos até dada altura”, sublinha.

“Naqueles anos, a empresa tinha um certo cunho familiar, havia um saber que era passado de pais para filhos”, sublinha Benjamim Godinho. Ele tinha 17 anos

Cultura A missão da Imprensa Nacional

“O Diário da República era, até 2006, o maior negócio da INCM. Sempre que uma empresa mudava de sede ou fazia outro acto relevante, era necessário registá-lo no Diário da República. E isso foi algo que acabou de um dia para o outro. A INCM teve de encontrar uma alternativa e encontrou-a na área gráfica de segurança”, salienta Duarte Azinheira. Actualmente, a grande fatia das receitas vem dos produtos de segurança, que permitem libertar recursos para executar o plano de responsabilidade cultural, sob alçada da unidade de publicações – que tem como missão garantir a edição de textos essenciais para a língua e cultura portuguesas. “Havendo hoje um entendimento alargado do que é cultura” – sublinha Duarte Azinheira – além dos grandes clássicos, a Imprensa Nacional publica colecções como a “Série Ph”, composta por monografias dedicadas a fotógrafos portugueses contemporâneos, a “Colecção D”, sobre designers portugueses, a colecção “Grandes Vidas Portuguesas”, co-editada com a Pato Lógico. Relançou, também, a colecção “Plural”, um projecto de Vasco Graça Moura quando liderou a INCM.